

# Sarney não abrirá mão do new money

FROTA NETO  
Colaborador

**N**ão há muita margem nem espaço para manobrar ou errar. Fica evidente, depois do pronunciamento do presidente Sarney, que há três condições básicas a serem preenchidas para que a renegociação da dívida externa se efetive. Duas da parte dos credores privados e institucionais. Uma da parte do Brasil. No chamado "dois pra cá e um pra lá", a condição básica inicial do Brasil para renegociação de sua dívida é que haja dinheiro novo para investimentos e não exclusivamente uma ponte de financiamento para pagar dívidas vencidas. É o chamado new money, na linguagem dos negociadores.

A segunda condição (tão importante quanto a primeira) é garantir a remessa de um volume mais reduzido de dinheiro para o exterior. O superávit comercial do ano que vem (em torno de 8 bilhões de dólares) não suporta um compromisso tão alto quanto do ano passado (12,5 bilhões) como já não suporta as remessas deste ano (mais de 10 bilhões). Do nosso lado, fica o Governo devendo um endurecimento no orçamento público.

Definidas essas premissas, o Brasil vai ao Clube de Paris (próximo dia 15) e enfrentará o calendário do presidente Reagan (janeiro) sem muito temor de represálias. Há urgência na renegociação plurianual, pois se muito demorar vai aumentando a pressão política por uma moratória (ou limitação unilateral de pagamentos) que poderá se tornar incontornável. Antes, porém, fases e cronogramas passarão por um ajuste.

Há a compreensão de que o dinheiro novo evitará a recessão no próximo ano. Sabe-se ainda que é muito difícil o Banco Mundial

substituir o Fundo Monetário no acompanhamento da dívida. Não há como se desconhecer que sem algum tipo de acordo com o Fundo a renegociação plurianual não chegará a bom termo. Básico é, contudo, a reafirmação de que o presidente Sarney não abre mão do ingresso de dinheiro novo, que é a chave-mestra para novos investimentos, e, portanto, para o seu programa social (programa que pressupõe continuado crescimento).

Para se ter uma idéia de que o problema de investimentos não é localizado no Brasil, há a informação de que as aplicações dos Estados Unidos caíram, na América Latina, de 45,3 bilhões de dólares (em 1980) para 26 bilhões (no ano de 1984). No Brasil os investimentos americanos estão estagnados há quatro anos. Portanto, qualquer renegociação pressupõe um roteiro com as seguintes cláusulas: (1) encorajamento dos investimentos privados e repatriação de parte dos capitais que fugiram; (2) retomada de relações normalizadas (menos tensas) entre Brasil e Estados Unidos de modo que os banqueiros não se sintam reféns da dívida; (3) criação de uma comissão não governamental para estudar relações econômico-comerciais e financeiras a partir de março do ano que vem, incluindo (a) financiamentos industriais em áreas brasileiras não desenvolvidas, como o Nordeste; e (b) transformação de parte da dívida em capital de risco, inclusive um quinhão dela com juros fixos. Finalmente, mas não por último (4), um papel mais saliente do Japão e do Banco Mundial no que tange aos compromissos de endividamento do Brasil. Em Washington, principalmente, mas nas demais capitais dos países credores, já foi anotado tudo isso.